

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.954 - SC (2019/0137993-0)**

## DECISÃO

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 227/228):

ALEGAÇÃO DE QUE A CONEXÃO NÃO É CAUSA DE SUSPENSÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO MUNICIADA DE TÍTULO CERTO, LÍQUIDO E EXIGÍVEL, JUSTIFICANDO, TÃO SOMENTE, A REUNIÃO DAS AÇÕES PARA JULGAMENTO CONJUNTO PELO JUÍZO COMPETENTE, EVITANDO-SE DECISÕES CONFLITANTES. RESSALVA, ADEMAIS, DE QUE FOI INDEFERIDA A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA PELOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DA DEMANDA DE RESCISÃO DE CONTRATO. SUBSISTÊNCIA. RELATIVIZAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 784, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE DEMANDA EXECUTIVA EM RAZÃO DE PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE AÇÃO DE CONHECIMENTO MOVIDA PELO DEVEDOR COM O ESCOPO DE DESCONSTITUIR O TÍTULO OBJETO DA EXECUÇÃO. MEDIDA, ENTRETANTO, QUE PRESSUPÕE A SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS INSCULPIDOS NO ART. 919, § 1º, DO CPC. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE.

III - Na espécie, há estrito liame de conexão entre a ação de execução das notas promissórias e a ação declaratória de inexistência de relação obrigacional, a determinar, em nome da segurança jurídica e da economia processual, a reunião dos processos (art. 103 do Código de Processo Civil), prorrogando-se a competência do juiz que despachou em primeiro lugar (art. 106 do Código de Processo Civil);

IV - Cumprir ao Juízo de Direito, que teve a sua competência prorrogada, se for o caso, conferir à ação declaratória de inexistência de relação obrigacional o tratamento que daria à ação de embargos com idêntica causa de pedir e pedido, determinando, inclusive, presentes os requisitos legais, a suspensão da execução [...]" (STJ, REsp 1169422 / AL, rel. Min. Massami Uyeda. J. em: 16-8-2011).

CASO EM TELA EM QUE, NÃO SÓ FOI INDEFERIDA A TUTELA ANTECIPADA DE

URGÊNCIA REQUERIDA PELOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DA AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL, COMO TAMBÉM O VALOR EXECUTADO NÃO SE ENCONTRA GARANTIDO. DECISÃO REFORMADA PARA PERMITIR O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO.  
RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 245/250).

O recurso especial (e-STJ fls. 252/270), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, apontou ofensa aos seguintes dispositivos legais, sob as respectivas teses:

(i) arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, afirmando omissão e contradição do acórdão recorrido em relação às teses recursais, e

(ii) arts. 55, 313, 784, 919 e 921 do CPC/2015, defendendo a suspensão da ação de execução em virtude do ajuizamento de ação de rescisão contratual.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 278/286).

O agravo (e-STJ fls. 294/309) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 312/317).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Confira-se, no ponto, as conclusões da Corte local (e-STJ fl. 233):

*In casu*, não só foi indeferida a tutela antecipada de urgência pretendida pelos agravados no âmbito da demanda de rescisão (p. 100/102), como também o valor executado não se encontra garantido pelos agravados.

Outrossim, vislumbra-se que, inclusive, nos autos dos embargos à execução opostos pelos agravados (n. 0011425-71.2017.8.24.0038), não foi conferido efeito suspensivo à peça defensiva. É o que se extrai da decisão juntada à p. 99 do instrumento, proferida quando aquele processo permanecia, ainda, em tramitação no Estado de São Paulo.

Ainda a respeito, os agravados, em contrarrazões, alegam que "*deve ser afastado o entendimento de ausência de garantia*", eis que "*nos autos dos embargos à execução ofereceu como garantia o seu crédito a ser indenizado pela Agravante (no montante superior ao valor da execução), que supre inclusive a ausência de penhora, depósito ou caução*" (p. 213).

A argumentação, contudo, não merece acolhida, porque, como visto, o efeito suspensivo nos embargos à execução foi indeferido pelo Juízo de 43º Vara Cível da comarca de São Paulo e, ainda, porquanto tal assertiva não foi submetida ao Juízo da 1ª Vara Cível de Joinville, de maneira que a apreciação, neste momento, por este Tribunal *ad quem*, caracterizaria supressão de instância.

Logo, a decisão objurgada há de ser reformada para fins de permitir o prosseguimento da execução, ressalvada a possibilidade de ser conferido o efeito suspensivo caso satisfeitos, futuramente, os requisitos indicados no art. 919, § 1º, do CPC.

Assim, não incorreu em obscuridade ou omissão.

Ademais, "Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil" (AgInt no REsp n. 1.774.091/RJ, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019).

Destaque-se ainda que a contradição prevista no art. 1.022 do CPC/2015 é a interna, isto é, entre proposições do próprio julgado embargado, o que não se observa.

Sob tal aspecto:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. CANCELAMENTO DO PLANO DE SAÚDE. RESTABELECIMENTO DO CONTRATO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTES. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

(...)

4. Agravo interno ao qual se nega provimento, com majoração de honorários sucumbenciais.

(AgInt no AREsp n. 1.312.791/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. GARANTIA DA AMPLA DEFESA. MATÉRIA ANALISADA SOB ENFOQUE CONSTITUCIONAL.

1. Não prosperar a tese de violação dos arts. 489, § 1º, IV, V, e 1.022, II, do CPC, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.436.185/RS, Relator Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/5/2019, DJe 29/5/2019.)

Desse modo, quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, não assiste razão à parte recorrente.

No mérito, observa-se que a suspensão do processo executivo em decorrência do trâmite simultâneo de ação revisional, ajuizada antes ou depois da execução, depende de estar garantido o juízo, o que não se verificou neste processo.

Corroborando o entendimento:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

1. Conforme a jurisprudência deste Tribunal Superior, o ajuizamento prévio de ação declaratória com o intuito de revisar o título executivo acarreta a suspensão da execução apenas se devidamente garantido o juízo. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.755.716/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 18/12/2018.)

Incide a Súmula n. 83 do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base tanto na alínea "c" quanto na alínea "a" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator